



JOÃO FERREIRA DA SILVA
Assessor da Bastonária da Ordem
dos Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

Investimento e emprego em 2017

Em 2017, estima-se que o PIB na Europa Ocidental cresça 1,1%, 2,3% na América do Norte, 1,7% na América Latina, 3% em África, 3% na Oceânia e 5,2% na Ásia, com um volume nas trocas comerciais mundiais de 16 biliões de dólares nas importações e 16 biliões de dólares nas exportações e taxas de juros mundiais da dívida a 10 anos não superiores a 3%, é importante analisar as estimativas de investimento das empresas do nosso tecido empresarial.

O investimento empresarial nacional para 2017, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), apresenta, em termos nominais, uma taxa de variação de 3,8%, indicando este número que as empresas nacionais esperam investir e apostar no seu crescimento e desenvolvimento ao longo do presente ano. No entanto, não podemos deixar de referir que, em 2016, a taxa de variação de investimento era de 6,0%, assim, apesar da intenção positiva de investimento para 2017, em relação ao ano passado, temos uma diminuição das perspectivas de investir em 2,2%.

O principal fator limitativo do investimento empresarial identificado pelas empresas foi a deterioração das perspectivas de venda, a insuficiência da capacidade de autofinanciamento e a incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos. Outros fatores também apontados, ainda que menos relevantes no momento da tomada de decisão dos empresários, foram a dificuldade em obter crédito bancário e a redução do peso relativo da capacidade de autofinanciamento. Considerando a dimensão das empresas por escalões de pessoal ao serviço, preocupantemente, ao passo que as empresas pertencentes ao 4.º escalão (500 ou mais trabalhadores) registaram uma taxa de variação de 4,8%, contribuindo muito positivamente para o valor global de 3,8%, as empresas pertencentes ao 1.º escalão (menos de 50 trabalhadores) registaram uma taxa de variação de -0,2%, contribuindo negativamente para o valor global apresentado. A secção de indústrias

transformadoras, com uma variação de 6,9%, bem acima do aumento previsto para o total de empresas (3,8%), apresenta-se como a secção de atividade económica mais pujante para 2017. Com os contributos positivos mais elevados para este resultado a verificarem-se nas subsecções de indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (2,0%), fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis (1,9%) e fabricação de veículos automóveis e de outro equipamento de transporte (1,9%). Perspetivando-se também um crescimento de 5,0% do investimento empresarial nas empresas exportadoras. Pelo contrário, as secções de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio com -0,6% e de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares com -0,4% registam os contributos negativos mais acentuados para a variação do investimento total, com decréscimos face a 2016 de -7,4% e -18,1%, respetivamente.

Autofinanciamento

Do investimento a fazer, os principais objetivos são de extensão da capacidade de produção, seguindo-se o investimento de substituição, outros investimentos e de racionalização e reestruturação. O autofinanciamento continua a ser a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas inquiridas, representando 64,9% em 2017. Esta fonte de financiamento assume particular relevância nas secções de atividades de informação e de comunicação (97,3%), de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (84,2%) e de indústrias extrativas (83,8%). O recurso ao autofinanciamento assume menor importância na secção de atividades administrativas e dos serviços de apoio (18,3%). Neste ponto, é de sublinhar aumento observado entre 2016 e 2017 no recurso a fundos provenientes da União Europeia (1,3%) e a empréstimos do Estado (0,7%), mantendo-se, no entanto, o crédito bancário como a segunda principal fonte de financiamento (20,1% na média dos dois anos).

De 2016 para 2017, e para o total das atividades, observa-se um aumento da percentagem de empresas com indicação de limitações ao investimento, passando de 39,4% para 40,4%, sendo a deterioração das perspectivas de vendas o principal fator limitativo ao investimento mais referido pelas empresas (33,1% em 2017), seguindo-se, a incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos (17,4%). Relativamente às expectativas de criação de emprego resultante do investimento realizado ou a realizar, a maioria das empresas apresentou saldos de resposta positivos, salientam-se as secções de atividades de captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, de atividades de informação e de comunicação e de indústrias transformadoras com as médias mais elevadas para os respetivos saldos, em sentido inverso, destacam-se as secções de atividades financeiras e de seguros e de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio por apresentarem, em termos médios, os saldos de respostas extremas mais baixos.

Estes dados do INE são fundamentais para um adequado planeamento económico nacional e alocação de recursos estratégicos para a estimulação de áreas desequilibradas ou fragilizadas, sendo importante que os empresários e investidores saibam quais os setores "mais confiantes" para 2017, quais as áreas de atividade em que se deve arriscar e investir e quais as áreas mais delicadas, que devem ser fortalecidas e apoiadas. Apesar de todas as medidas para a promoção do investimento e crescimento económico consagradas no Orçamento de Estado para 2017, que se focando principalmente nas PME, visam uma maior solidificação, inovação e competitividade das empresas nos mercados, através dos dados apresentados, assistimos à pouca confiança que tais medidas deram aos nossos empresários pois, apesar das inúmeras medidas de apoio ao investimento o mesmo tenderá a diminuir este ano, sendo relevante ponderar-se sobre novas potenciais decisões que eficazmente estimulem o investimento interno.